

Fast Shop S.A.

**Demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023  
com relatório do auditor  
independente**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração de resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração do fluxo de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,  
CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da  
Fast Shop S.A.  
São Paulo – SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fast Shop S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fast Shop S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6



Marcio Serpejante Peppe  
Contador CRC 1SP233011/O-8

# Fast Shop S.A.

## Balço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	231.957	69.487
Contas a receber, líquido	6	254.713	280.276
Estoques	7	474.463	457.480
Impostos e contribuições a recuperar	8	72.882	686.881
Adiantamentos diversos		4.561	4.224
Despesas antecipadas		2.853	1.685
Outros créditos	9	187.779	279.465
		<u>1.229.209</u>	<u>1.779.498</u>
Total do Ativo Circulante			<u>1.779.498</u>
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.i	19.258	391
Impostos e contribuições a recuperar	8	126.855	115.808
Partes relacionadas	13	167.054	131.663
Depósitos judiciais	21	120.030	114.481
Investimentos		2.506	3.834
Direito de uso	10	242.434	131.663
Imobilizado	11	151.247	154.368
Intangível	12	96.915	77.021
		<u>926.299</u>	<u>729.229</u>
Total do ativo não circulante			<u>729.229</u>
Total do ativo		<u>2.155.507</u>	<u>2.508.727</u>

# Fast Shop S.A.

## Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	14	823.287	881.794
Financiamento - risco sacado de fornecedores	15	57.409	206.253
Empréstimos	23	-	172.353
Passivo de arrendamento	10	53.999	28.969
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	50.552	53.810
Aluguéis a pagar		2.635	6.208
Obrigações tributárias	18	30.831	33.306
Dividendos estatutários	13	21.257	-
Adiantamentos e devoluções de clientes		30.342	37.434
Garantia estendida	19	13.698	8.477
Vendas para entregas futuras		41.251	36.548
Provisões contas a pagar	20	164.191	246.420
Outras obrigações	21	33.852	18.968
Total do passivo circulante		<u>1.323.304</u>	<u>1.730.539</u>
Não circulante			
Aluguéis a pagar		263	1.396
Empréstimos	23	-	100.000
Passivo de arrendamento	10	209.461	114.129
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.i	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	47.702	44.270
Parcelamentos tributários		-	1.782
Outras obrigações	21	2.919	4.400
Total do passivo não circulante		<u>260.345</u>	<u>265.977</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	24	208.820	208.820
Reserva especial de dividendos	24	-	7.000
Reservas de lucros	24	363.038	296.391
Total do patrimônio líquido		<u>571.858</u>	<u>512.211</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.155.507</u>	<u>2.508.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Fast Shop S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)*

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	25	3.600.390	5.134.019
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	27	(2.831.588)	(4.039.879)
Lucro bruto		<u>768.802</u>	<u>1.094.140</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	27	(316.583)	(595.840)
Gerais e administrativas	27	(456.929)	(309.332)
Depreciação e amortização	27	(123.888)	(83.607)
Perda no recebimento de crédito	27	(2.818)	(4.437)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	122.870	163.078
Equivalência patrimonial		<u>(1.328)</u>	<u>(819)</u>
		<u>(778.676)</u>	<u>(830.957)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>(9.874)</u>	<u>263.183</u>
Receitas financeiras	28	285.170	27.741
Despesas financeiras	28	(214.559)	(255.755)
Resultado financeiro		<u>70.611</u>	<u>(228.014)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>60.737</u>	<u>35.169</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17.ii	2.381	(16.978)
Diferidos	17.ii	<u>18.866</u>	<u>34.683</u>
		21.247	17.705
Lucro líquido do exercício		<u>81.984</u>	<u>52.874</u>
Lucro líquido do exercício por ação - R\$			
Básico e diluído	29	<u>392,61</u>	<u>253,20</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Fast Shop S.A.

## Demonstração de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais - R\$)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	81.984	52.874
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>81.984</u>	<u>52.874</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Fast Shop S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de Lucros					Lucros acumulado	Total
		Capital social	Legal	Incentivo Fiscal	Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		208.820	29.581	66.867	154.068	-	-	459.336
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	52.874	52.874
Reserva legal	24b	-	2.644	-	-	-	(2.644)	-
Dividendos Adicionais Propostos	24c	-	-	-	(7.000)	7.000	-	-
Transferência para reserva de lucros	24d	-	-	-	50.230	-	(50.230)	-
Transferência para reserva de Incentivos Fiscais	24e	-	-	81.736	(81.736)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>208.820</u>	<u>32.225</u>	<u>148.603</u>	<u>115.563</u>	<u>7.000</u>	<u>-</u>	<u>512.211</u>
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	81.984	81.984
Reserva legal	24b	-	4.099	-	-	-	(4.099)	-
Dividendos Estatutários		-	-	-	-	(7.000)	(15.338)	(22.337)
Dividendos Adicionais Propostos	24c	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	24d	-	-	-	46.011	-	(46.011)	-
Transferência para reserva de Incentivos Fiscais	24e	-	-	16.536	-	-	(16.536)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>208.820</u>	<u>36.324</u>	<u>165.139</u>	<u>161.574</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>571.858</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Fast Shop S.A.

## Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	81.984	52.874
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Encargos sobre arrendamento mercantil	27.972	11.292
Encargos sobre aluguéis provisionados	321	487
Equivalência patrimonial	1.328	819
Diferença de margem ICMS	(280.105)	(243.926)
Depreciação e amortização	53.506	46.478
Amortização de direito de uso	70.382	37.129
Baixas do ativo imobilizado e intangível	2.168	1.120
Baixas do direito de uso	274	-
Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores	514	5.408
Juros incorridos entre partes relacionadas	(18.426)	(11.375)
Juros sobre empréstimos	22.547	22.542
Juros sobre risco sacado	34.828	63.783
Atualização monetária sobre contingências tributárias	342	362
Reversão impostos de renda e contribuição social	(21.247)	(17.705)
Reversão para participação nos lucros	(7)	(20.077)
Reversão para perdas de créditos esperada	(837)	(460)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.008	14.935
Provisão para giro lento e margem negativa	7.764	5.012
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	26.400	(29.357)
Estoques	(23.840)	136.835
Impostos e contribuições a recuperar	(144.670)	119.549
Outros ativos operacionais	973.012	101.528
Partes Relacionadas	(23.037)	(28.573)
Fornecedores	(59.927)	193.301
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(3.251)	1.614
Aluguéis a pagar	(4.688)	(5.430)
Obrigações tributárias	114	24.203
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – pagas	(4.918)	(3.808)
Vendas para entregas futuras	4.703	(15.664)
Repasse de garantia estendida	5.721	(18.044)
Outros passivos operacionais	61.145	(1.764)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	798.080	443.088
Pagamento de juros de passivo de arrendamentos	(26.685)	(9.704)
Pagamento de juros de aluguéis	(339)	(280)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(208)	(28.411)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	770.848	404.693
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra (venda) de ações em investidas	-	(4.100)
Adições ao imobilizado	(65.537)	(78.139)
Adições ao intangível	(838)	(2.495)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(66.375)	(84.734)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(1.080)	(17.358)
Captação de fornecedores risco sacado	971.120	1.328.690
Fornecedores risco sacado pago	(1.122.310)	(1.607.752)
Juros sobre risco sacado pago	(32.483)	(68.490)
Arrendamento pago.	(62.350)	(35.446)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	270.000
Empréstimos e financiamentos – principal e juros pagos	(294.900)	(127.422)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(542.003)	(257.778)
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa	162.470	62.181
Saldo inicial	69.487	7.306
Saldo final	231.957	69.487
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa	162.470	62.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

### **1 Contexto operacional**

A Fast Shop S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade e no Estado de São Paulo, Av. Zaki Narchi, nº 1.650, Bairro Carandirú, nível sobreloja, tendo como acionista e controladora final a Fastpar Holding S.A. (“Fastpar”).

A Companhia atua preponderantemente no comércio de eletrônicos, máquinas, equipamentos domésticos, comerciais e de escritório, máquinas e aparelhos eletrodomésticos, aparelhos de áudio, vídeo e som, computadores e microcomputadores, periféricos e telefones celulares e, também, na prestação de serviços de instalação e suporte a clientes. A comercialização dos produtos é realizada por meio da plataforma de vendas pela Internet e de uma rede composta por 85 lojas físicas (85 lojas em 2022), sendo 81 da bandeira Fast Shop e 4 da bandeira A2YOU e 15 centros de distribuição, sendo os principais localizados em Cajamar, no Estado de São Paulo, Pavuna, no Estado do Rio de Janeiro e Paraíba.

Em 2020 a Companhia atendeu as condições precedentes previstas em compromisso de investimento, firmado em setembro de 2019 com a Zissou Assessoria e Consultoria do Sono S.A. (“Zissou”) e com isso, em 5 de agosto de 2020 passou a ter participação de 17,38% na investida. A Zissou encontra-se em fase operacional e tem por objetivo o desenvolvimento das seguintes atividades:

- (i) Consultoria e assessoria em modelagem, produção e comercialização, online e off-line, de artigos de sono, casa e decoração, e de vestuário, incluindo colchões, roupas de cama, travesseiros, roupas, calçados, pijamas, e outros artigos e acessórios para cama;
- (ii) Consultoria e assessoria na administração de bens e direitos comerciais, como marcas e patentes de comércio e indústria e contatos comerciais de franquia; e
- (iii) Consultoria na representação comercial dos produtos indicados no item “i” acima, incluindo a consultoria e assessoria para importação e exportação destes produtos.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, que é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize estimativas. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes na preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram apresentados para o milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizadas pela Administração em 25 de março de 2024.

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia:

**a. Princípios gerais**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

***Receita de Venda de Mercadorias***

As receitas de vendas de produtos e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados aos produtos vendidos, ou seja, quando as obrigações de desempenho são cumpridas. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e descontos comerciais.

A receita é reconhecida quando a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

***CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente***

O CPC 47, emitido em 2016, estabelece o modelo de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo o CPC 47, as receitas são reconhecidas pelo valor que reflete a contraprestação à qual uma Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

***Receitas de Prestação de Serviços***

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas a medida que o serviço for prestado, de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As receitas de prestação de serviços têm a seguinte origem:

- Serviços de instalação: reconhecidos quando da instalação dos produtos adquiridos pelo cliente.

- Comissão de seguro e garantia: valores relacionados à intermediação da venda de seguro e garantia estendida ao cliente, os quais são integralmente repassados a seguradora Zurich, e a receita de comissão é reconhecida mediante a emissão de nota fiscal de serviço, correspondente ao valor que será pago à Fast Shop.
- Serviços “Fast Prime”: serviço de assinatura nas modalidades mensal e anual, sendo Fast Prime e Fast Prime Plus, que oferece benefícios como ofertas exclusivas, frete grátis, eventos e conteúdos exclusivos, atendimento via aplicativo, entrega Ultra Fast, serviço de instalação grátis e suporte técnico remoto e presencial. A receita é reconhecida no momento da venda ou renovação do plano.
- Omniplace/O2: Receita de comissão proveniente da intermediação nas vendas de parceiros do *Market Place*, que utilizam o canal virtual da Fast Shop para anunciar e efetuar vendas. A Fast Shop faz a intermediação financeira, repassando os valores das vendas aos parceiros e retendo a comissão, mediante emissão de nota fiscal de serviço, com respectivo reconhecimento da receita. A nota fiscal de produto é emitida pelo parceiro.

### **Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é o contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### ***Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento inicial e mensuração subsequente***

##### *Reconhecimento Inicial*

Ativos financeiros não derivativos, exceto contas a receber, são mensurados no reconhecimento inicial pelo seu valor justo, acrescido (no caso de ativo que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado) dos custos da transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição.

##### *Classificação de Instrumentos Financeiros*

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

### *Avaliação do Modelo de Negócios*

A avaliação do modelo de negócios requer a classificação do ativo em um dos modelos de negócios definidos pelo CPC 48. Os modelos de negócios refletem como a Companhia administra os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa com base em cenários que a Companhia espera razoavelmente que ocorram. Para realizar a avaliação do modelo de negócios, a Companhia agrupou ativos financeiros em carteiras de ativos administrados em conjunto.

#### **Objetivo**

#### **Mensuração**

Receber os pagamentos contratuais ao longo da vida do instrumento

Ao custo amortizado

Manter para negociação ou mensurados ao valor justo

Ao valor justo por meio do resultado

### *Avaliação das características do fluxo de caixa contratual*

A avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais é exigida a fim de determinar se os fluxos de caixa contratuais consistem exclusivamente em “SPPI” - pagamentos de principal ou juros sobre o montante principal proeminente.

Quando os fluxos de caixa dos ativos consistem exclusivamente de SPPI - posteriormente será mensurado seguindo o resultado da avaliação do modelo de negócios. No entanto, quando os fluxos de caixa dos ativos não consistem apenas de SPPI, deverá ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado, independente do modelo de negócios.

### *Mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia*

Os critérios de mensuração subsequente dos ativos financeiros são apresentados a seguir:

- Ao custo amortizado - Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros a custo amortizado incluem: investimentos restritos, clientes e outras receitas que não sejam cartão de crédito, contas a receber de partes relacionadas, depósitos em garantia e reserva de manutenção;

- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

- Ao valor justo por meio do resultado - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: recebíveis de cartão de crédito.

### ***Passivos Financeiros não Derivativos - Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente***

#### *Reconhecimento Inicial*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado e quando aplicável.

Passivos financeiros não derivativos, são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um passivo financeiro.

#### *Mensuração subsequente dos passivos financeiros da Companhia*

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

#### *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

#### *Passivos financeiros ao custo amortizado*

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Todos os passivos financeiros não derivativos da Companhia na data do balanço são mensurados pelo custo amortizado e consistem principalmente em financiamentos e contas a pagar.

#### ***Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros***

##### *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; ou
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de 'repassé' e; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações mantidos.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou a máxima contraprestação que puder ser exigida, dos dois o menor.

#### *Passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro da mesma contraparte com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

#### ***Compensação de instrumentos financeiros***

Ativos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado nas demonstrações de resultado se houver direito legal de compensar os montantes reconhecidos e intenção em liquidar numa base líquida, ativos e passivos simultaneamente.

#### ***Imparidade de ativos financeiros***

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com as exigências do CPC 48.

#### *Contas a receber de clientes*

A Companhia utiliza a abordagem simplificada permitida pelo CPC 48 para estimar a provisão para perdas em contas a receber de clientes.

Na abordagem simplificada, a Companhia estima perdas de crédito esperado dos valores a receber ao longo da vida na data do balanço (com vida contratual inferior à 12 meses em todos os casos) uma vez que eles resultam de transações com clientes e não têm componente de financiamento significativo.

A Companhia considera recebíveis de cartão de crédito como baixo risco de inadimplência, tendo em vista que não possui histórico de perdas de crédito sobre tais recebíveis e espera-se que não tenha, portanto, não há reconhecimento de provisão para perda esperada.

A fim de estimar perdas de crédito decorrentes de contas a receber e ativos contratuais a Companhia segrega tais ativos em carteiras de recebíveis para aqueles que possuem características semelhantes de risco de crédito. Para cada carteira a Companhia mede a taxa histórica de perdas (líquidas de recuperações) de recebíveis inadimplentes ao longo de um período histórico relevante, considerando inadimplentes aqueles com atraso superior há 90 dias.

A estimativa do impacto das condições econômicas futuras é baseada na correlação observável com indicadores macroeconômicos. A Companhia revisa tempestivamente o período histórico em que as perdas são mensuradas e o indicador macroeconômico relevante a ser utilizado, e como correlacionar com a experiência de inadimplências.

### *Outros ativos financeiros*

Para outros ativos financeiros a Companhia avalia individualmente para cada contraparte, se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Esta determinação baseia-se em informações disponíveis da contraparte. Caso haja classificação do risco de crédito da contraparte por agência de rating disponível, tal informação é levada em consideração.

Para ativos financeiros que não possuam aumento significativo no risco de crédito, uma estimativa de perdas de crédito esperada é feita com base em eventos de inadimplência de um instrumento financeiro mensurável dos próximos 12 meses após a data do balanço, enquanto que para os ativos com um aumento significativo no risco de crédito a estimativa é feita com base nas perdas resultantes de eventos de inadimplência mensuráveis ao longo da vida do ativo.

Uma provisão para perda é reconhecida quando a Companhia estima que haverá o risco de perdas de crédito durante o período. Na mensuração da provisão, a Companhia considera pelo menos três cenários (padrão, otimista e pessimista) e para cada um, é feita uma estimativa dos fluxos de caixa (incluindo os fluxos de caixa de garantia). Os fluxos de caixa estimados resultantes de cada cenário são descontados a valor presente na data do balanço e são ponderadas pela probabilidade que baseia-se em julgamento para cada cenário.

### *Instrumentos financeiros derivativos*

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto, tampouco contratou tais instrumentos durante os exercícios findos naquelas datas.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor; são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas**

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e relacionadas às operações de venda com cartões de crédito, deduzidas da provisão para perdas de crédito esperadas, conforme política divulgada na nota 4.b.

As operações de venda a prazo, prefixadas, foram trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de juros incluída no valor da venda a prazo. A constituição do ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber” e sua realização é registrada na rubrica “Receitas financeiras”, pela fruição do prazo.

### **Estoques**

Registrados ao custo médio de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior, e provisão para perdas para itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

### **Bonificações**

As bonificações e os descontos de fornecedores são reconhecidos como redução dos correspondentes custos dos produtos vendidos, quando relacionados aos estoques, e como redução das despesas de propaganda, quando relacionados a propaganda cooperada, incorridas basicamente por meio de acordos comerciais, atrelados a volume de compras e/ou verbas de participações em campanhas promocionais.

### **Imobilizado**

Registrado ao valor de custo de aquisição, formação ou construção deduzido de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor de recuperação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 11. A depreciação das instalações e das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois, o menor. A depreciação inicia-se quando da abertura da loja e do início da utilização dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme os termos do contrato de arrendamento em questão.

### **Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“*impairment*”).

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

### **Direito de uso e passivo de arrendamento**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento previstas em contrato. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contrato. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), e portanto, os pagamentos são reconhecidos como despesas operacionais (vide nota explicativa nº 27).

### **Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

### **Fornecedores - Risco Sacado**

Representado por antecipações realizadas juntamente com instituições financeiras para antecipação de recebíveis de fornecedores, ou seja, um financiamento que proporciona a Companhia a postergação do pagamento e que de fato ocorre diretamente com uma instituição financeira. A Companhia aplicou as orientações divulgadas no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2021 e também 02/2022, considerando os prazos de alongamento praticados, juros incorridos e classificação contábil nas notas explicativas.

### **Venda para entrega futura**

Representa vendas já realizadas, porém não entregues aos consumidores, substancialmente representadas por listas de presentes e de casamento e produtos vendidos e não entregues, uma vez que a obrigação de desempenho não ocorreu para o reconhecimento da receita até a data de encerramento de cada exercício.

### **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

As provisões são reconhecidas mediante uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado na data de encerramento de cada exercício.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação até a data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A provisão para riscos está atualizada até a data de encerramento de cada exercício, pelo montante provável de perda, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

### **Ajuste a valor presente de ativos**

Os ativos de curto prazo, quando relevantes, foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa de juros cobrada nas operações de vendas, sendo 19,42% a.a. em 31 de dezembro de 2023. A constituição do ajuste a valor presente do ativo de clientes a receber tem como contrapartida a rubrica "Ajuste a valor presente de Clientes" e sua realização é registrada na rubrica "Receita Operacional Líquida", pela realização dos clientes.

### **Ajuste a valor presente de passivos**

Os passivos de curto prazo, quando relevantes, foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa de juros básica (SELIC). A constituição do ajuste a valor presente do passivo de fornecedores tem como contrapartida a rubrica "Estoques para revenda" e sua realização é registrada na rubrica "Custos dos produtos e serviços vendidos", pela realização dos estoques, e em "Despesas financeiras" pelo pagamento aos fornecedores.

### **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos estão apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, se inferior, e os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até a data de encerramento de cada exercício.

### **Imposto de renda e contribuição social**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### ***Impostos correntes***

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A alíquota de IRPJ é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a da CSLL é de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

### ***Impostos diferidos***

O IRPJ e a CSLL diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no fim do exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

### ***ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro***

Esta interpretação do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da norma quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas.

A Companhia informa que concluiu suas análises e não identificou tratamentos fiscais incertos, ou seja, é mais provável que as autoridades fiscais aceitem o montante apurado em suas declarações de Imposto de Renda. Sendo assim, não vislumbrou cenários de incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro para constituição de ativos ou passivos, fiscais ou diferidos, sob a ótica da nova norma.

### ***Dividendos***

A proposta de distribuição de dividendos, feita pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo circulante, na rubrica “Dividendos obrigatórios”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

Em 31 de dezembro 2023 foi constituído dividendo adicional proposto, conforme determina ICPC 08 (R1).

### **Lucro por ação**

Conforme o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o resultado deve ser apresentado como básico e diluído, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 29.

## **3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB**

### **a. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### ***Alterações no CPC 26 e CPC 40 (R1):***

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

Alteração da norma CPC 26 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alteração da norma CPC26 e Divulgação de práticas contábeis (2) – Divulgação de políticas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras

Alteração da norma CPC40 (R1) Acordos de financiamentos com fornecedores. Tem por objetivo básico estabelecer que os fornecedores que transacionam operações com a Companhia, forneçam informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamento dessas operações. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

## **4 Principais fontes de julgamento e estimativas**

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou

também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente quanto exercícios futuros.

**a. Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível**

Os bens do imobilizado, do intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Vide nota explicativa nº 11.

**b. Provisão para perdas de créditos esperadas**

Provisão para perdas de créditos esperadas está baseada no resultado de uma análise histórica de inadimplência de sua carteira. Vide nota explicativa nº 6.

**c. Provisão para perdas com estoques**

Avaliada em virtude da análise de margem e obsolescência dos estoques, considerando-se os estoques sem condição de venda, por defeito ou com tecnologia superada, e que não são reembolsáveis pelos fornecedores. Vide nota explicativa nº 7.

**d. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A provisão é constituída para todos os riscos que representam perdas prováveis, na opinião dos assessores legais da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais.

A Administração acredita que essa provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 22.

**e. Impostos diferidos**

Os impostos diferidos ativos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos. Vide nota explicativa nº 17.

**f. Tributos a recuperar**

Os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação, que considera as projeções de consumo dos créditos, que é baseado nos dados históricos e nas projeções de vendas e compras futuras, além da avaliação da premissa de expectativa de cessão de crédito à terceiros. Vide nota explicativa nº 8.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Bancos	6.860	5.386
Fundo fixo e caixa	2.189	1.631
Aplicações financeiras Automáticas (a)	56.620	10.456
Aplicações financeiras CDB (b)	166.288	52.014
<b>Total</b>	<b>231.957</b>	<b>69.487</b>

Estão representadas por aplicações automáticas conforme a disponibilidade do saldo da conta corrente com liquidez imediata e são remuneradas pela alíquota média correspondente à 38% (10% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Estão representadas por aplicações CDB fácil com liquidez imediata e são remuneradas pela alíquota média correspondente à 101,5% (101,5% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 6 Contas a receber

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Operadoras de cartão (a)	125.274	172.414
Trade-in a receber	87.847	74.968
Bonificações	39.201	42.414
Contas a receber de pessoa jurídica (b)	10.097	3.958
Outros recebíveis	3.578	742
Ajuste a valor presente de clientes	(9.829)	(11.929)
Provisão para perdas de créditos esperada (c)	(1.454)	(2.291)
<b>Total</b>	<b>254.713</b>	<b>280.276</b>

- (a) Apresentadas líquidas das taxas de administração por elas cobradas.

A Companhia antecipa os recebíveis de cartão de crédito com as administradoras sem nenhum direito de regresso nem coobrigação relacionada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia antecipou recebíveis, no montante de R\$ 1.445.646 (R\$ 1.663.089 em 2022), gerando encargos no valor de R\$ 63.600 (R\$ 64.897 em 2022), conforme demonstrado na nota explicativa nº 27.

- (b) Referem-se às vendas corporativas realizadas diretamente às pessoas jurídicas.
- (c) Constituída conforme análise da Administração sobre as prováveis perdas dos créditos em aberto.

A seguir, são demonstrados o saldo do Contas a receber por idade de vencimento:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
A vencer:		
Acima 360 dias	1.035	1.934
De 181 a 360 dias	37.900	70.470
De 121 a 180 dias	24.489	23.268
De 91 a 120 dias	11.937	3.327
De 61 a 90 dias	14.122	3.858
De 31 a 60 dias	15.698	6.013
Até 30 dias	137.172	173.697
<b>Total</b>	<b>256.168</b>	<b>282.567</b>

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperada é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(2.291)	(2.751)
Provisão	(1.865)	(3.664)
Reversão	2.702	4.124
	<u>          </u>	<u>          </u>
Saldo no fim do exercício	<u>(1.454)</u>	<u>(2.291)</u>

## 7 Estoques

	31/12/2023	31/12/2022
Produtos para revenda	482.787	460.145
Produtos em trânsito	16.539	15.105
Material de consumo e embalagem	6.368	6.605
Provisão para giro lento e margem negativa	(19.826)	(12.063)
Estoque a valor presente	<u>(11.405)</u>	<u>(12.312)</u>
Total	<u>474.463</u>	<u>457.480</u>

A movimentação da provisão para giro lento e margem negativa é como segue:

	2023	2022
Saldo em 1 de janeiro	(12.063)	(7.050)
Provisão	(14.071)	(12.063)
Reversão	6.308	7.050
	<u>          </u>	<u>          </u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(19.826)</u>	<u>(12.063)</u>

## 8 Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS-ST (a)	-	85.588
ICMS (b)	155.070	547.389
PIS e COFINS (c)	4.035	138.018
IRPJ e CSLL (d)	38.962	30.815
Outros	1.670	880
	<u>          </u>	<u>          </u>
Total	<u>199.737</u>	<u>802.690</u>
Circulante	106.513	686.881
Não circulante	<u>93.224</u>	<u>115.808</u>
Total	<u>199.737</u>	<u>802.689</u>

(a) A variação nominal entre 2022 e 2023 refere-se: compensação de crédito ICMS ST de São Paulo. Valor de crédito consumido referente a processo de CAT83 de 2022.

(b) O valor de **R\$ 155.070** é dividido em sete eventos: (i) **R\$ 741**: ICMS a recuperar de saldo credor para o próximo período de Outras UFs exceto (SP e PE); **R\$ 7**: DIFAL partilha; **R\$ 63.109**: Saldo credor de SP; **R\$ 81** (crédito extemporâneo); **R\$ 11.395** (saldo credor para próximo período PE) (ii) **R\$ 1.494** : Valores relacionados a créditos

futuros, oriundos de recolhimentos para Antecipação Tributária nos estados de BA; CE; DF; PB; PE; RS; (ii) **R\$ 2.228:** operações com Mercadoria em trânsito - Transferências entre CD's, onde fica-se aguardando as entradas das notas fiscais no destino; (iv) **R\$ 401:** Crédito fiscal oriundo do Termo de Acordo N° 2018.01.00.00107 no estado da Paraíba mercadorias em estoque para baixa no momento da saída; (v) **R\$ 3.494:** ICMS a recuperar longo prazo de Espírito Santo devido a recolhimento indevido; (vi) **R\$ 62:** Crédito fiscal oriundo do Regime Especial Compete no estado da Espírito Santo em mercadorias em estoque para baixa no momento da saída ; (vii) **R\$ 72.057:** recuperações referentes ao ressarcimento por diferença de margem SP referente ano corrente 2023 para serem deferidos.

- (c) Em função da decisão favorável obtida em 2020, a Companhia registrou complemento em relação ao crédito extemporâneo já reconhecido, oriundo da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, Processo Judicial 0007380-39/2010.403.6100, compreende o período 2005 a 2014 com trânsito em julgado em 27/09/2018, valor principal totaliza R\$ 125.936 e Selic até 12/2020 de R\$ 116.158. Em adição, reconheceu os créditos referente ao Processo Judicial 5002620.15.2017.4.03.6100, compreendendo o período 2015 a abr/2020 com trânsito em julgado em 17/04/2020, valor principal R\$ 140.516 e Selic até 12/2020 de R\$ 26.997. Ambos os créditos estão sendo utilizados para compensação de tributos federais autorizados pela Receita Federal, com compensação do saldo final de **R\$ 3.089** mil a ser compensado em 2024. Os Valores de **R\$ 946** referem-se a PIS/COFINS a Recuperar de pagamento indevido ou à maior em 2021.
- (d) (i) Em função de uma decisão do STF (RE) 1.063 referente a repetição do indébito, a companhia em relação aos valores de SELIC acumulada, oriundo do processo judicial de Exclusão do ICMS da base de Cálculo do PIS/COFINS, registrou no seu ativo a recuperar valores os quais já havia sido objeto de tributação do IRPJ e CSLL, do período de apuração 2005 a 2020, sendo assim, lançamos no imposto a recuperar os valores de R\$ 23.785 IRPJ e R\$ 8.899 CSLL a serem recuperados após a decisão judicial. Em setembro de 2023 saiu o trânsito em julgado do processo nº 5029356-36.2018.4.03.6100. Ambos os créditos tiveram atualização SELIC estão sendo utilizados para compensações de Tributos Federais autorizados pela Receita Federal com habilitação 13868.740782/2023-60. (i) R\$ 6.278 (LP):Refere-se ao pagamento indevido ou à maior do IRPJ e CSLL em 2019, que está em análise junto a Receita Federal do Brasil.
- (e) Em função de uma decisão do STF (RE),

## 9 Outros Créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Cessão de crédito (a)	186.634	278.428
Contas a receber parceria	1.145	1.037
Total	187.779	279.465

(a) A variação nominal entre 2022 e 2023 refere-se a valores de NFs emitidas de venda de crédito.

## 10 Direito de uso e passivo de arrendamento

As movimentações na rubrica “Direito de uso” foram as seguintes:

	31/12/2021	Adições	Remensurações	Baixas	31/12/2022	Adições	Remensurações	Baixas	31/12/2023
Custo:									
Imóveis	117.417	100.797	21.176	-	239.390	153.598	27.829	(40.919)	379.898
Veículos	1.015	-	-	-	1.015	-	-	(957)	58
Total do custo:	118.432	100.797	21.176	-	240.405	153.598	27.829	(41.876)	379.956
Depreciação acumulada:									
Imóveis	(70.642)	(37.101)	-	-	(107.743)	(70.368)	-	40.644	(137.467)
Veículos	(971)	(28)	-	-	(999)	(14)	-	958	(55)
Total da depreciação	(71.613)	(37.129)	-	-	(108.742)	(70.382)	-	41.602	(137.522)
Valor líquido	46.819	(63.668)	21.176	-	131.663	83.216	27.829	(274)	242.434

Movimentação do passivo de arrendamento:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	143.098	54.983
Adição/ remensurações	181.425	121.973
Juros incorridos	27.972	11.292
Pagamento de principal	(62.350)	(35.446)
Pagamento de juros	(26.685)	(9.704)
Saldo final em 31 de dezembro	<u>263.460</u>	<u>143.098</u>
Circulante	53.999	28.969
Não circulante	209.461	114.129

Fluxo de pagamentos contratuais a valor presente em 31 de dezembro de 2023

Vencimento	Taxa Média Ponderada (Selic)						Acima de 2028	Total
		2024	2025	2026	2027	2028		
2024-2025	10,3%	11.138	3.011	-	-	-	-	14.149
2026-2028	10,7%	31.102	34.154	32.336	29.604	17.552	-	144.748
2029-2031	7,7%	10.624	11.268	12.071	12.963	13.954	26.419	87.299
2032-2034	12,5%	1.135	1.306	1.462	1.638	1.837	9.886	17.264
Total Geral		<u>53.999</u>	<u>49.739</u>	<u>45.869</u>	<u>44.205</u>	<u>33.343</u>	<u>36.305</u>	<u>263.460</u>

## 11 Imobilizado

	Taxa anual média de depreciação -%	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	32.646	(22.305)	10.341	34.273	(21.299)	12.974
Móveis e utensílios	12	79.597	(60.760)	18.837	78.643	(56.062)	22.581
Veículos	9	11.761	(9.156)	2.605	11.761	(8.137)	3.624
Equipamentos de informática	5	10.253	(9.342)	911	10.100	(8.896)	1.204
Imobilizado em andamento	-	52.646	-	52.646	42.894	-	42.894
Benfeitorias e instalações	10	196.762	(130.855)	65.907	188.661	(117.570)	71.091
Total		<u>383.665</u>	<u>(232.418)</u>	<u>151.247</u>	<u>366.332</u>	<u>(211.964)</u>	<u>154.368</u>

As movimentações na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência (a)	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência (a)	31/12/2023
Custo:									
Máquinas e equipamentos	30.838	3.661	(1.302)	1.076	43.273	<b>1.289</b>	<b>(2.916)</b>	-	<b>32.646</b>
Móveis e utensílios	77.706	944	(1)	(6)	78.643	<b>1.091</b>	<b>(137)</b>	-	<b>79.597</b>
Veículos	11.394	446	(79)	-	11.761	-	-	-	<b>11.761</b>
Equipamentos de informática	10.121	36	(57)	-	10.100	<b>161</b>	<b>(8)</b>	-	<b>10.253</b>
Imobilizado em andamento	44.484	72.261	-	(73.851)	42.894	<b>62.575</b>	<b>(519)</b>	<b>(52.304)</b>	<b>52.646</b>
Benfeitorias e instalações	155.297	791	-	32.573	188.661	<b>421</b>	-	<b>7.680</b>	<b>196.762</b>
Total do custo:	329.840	78.139	(1.439)	(40.208)	366.332	<b>65.537</b>	<b>(3.580)</b>	<b>(44.624)</b>	<b>383.665</b>
Depreciação acumulada:									
Máquinas e equipamentos	(19.318)	(2.179)	198	(1)	(21.300)	<b>(2.283)</b>	<b>1.278</b>	-	<b>(22.305)</b>
Móveis e utensílios	(51.019)	(5.045)	1	1	(56.062)	<b>(4.824)</b>	<b>126</b>	-	<b>(60.760)</b>
Veículos	(7.037)	(1.163)	63	-	(8.137)	<b>(1.019)</b>	-	-	<b>(9.156)</b>
Equipamentos de informática	(8.481)	(471)	57	-	(8.895)	<b>(455)</b>	<b>8</b>	-	<b>(9.342)</b>
Benfeitorias e instalações	(104.920)	(12.650)	-	-	(117.570)	<b>(13.285)</b>	-	-	<b>(130.855)</b>
Total da depreciação	(190.775)	(21.508)	319	-	(211.964)	<b>(21.866)</b>	<b>1.412</b>	-	<b>(232.418)</b>
Valor líquido	139.065	56.631	(1.120)	(40.208)	154.368	<b>43.671</b>	<b>(2.168)</b>	<b>(44.624)</b>	<b>151.247</b>

Valores transferidos para o grupo de Intangível conforme natureza - vide Nota explicativa nº 11

### Avaliação do valor recuperável

Os testes de recuperação são realizados anualmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

### Ativos cedidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia ou arrolados em defesa de processos judiciais, exceto pelas obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro que estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados.

## 12 Intangível

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	5	<b>213.602</b>	<b>(116.914)</b>	<b>96.688</b>	162.068	(85.706)	76.362
Fundo de comércio	10	<b>16.215</b>	<b>(15.988)</b>	<b>227</b>	16.215	(15.556)	659
<b>Total</b>		<b>229.817</b>	<b>(132.902)</b>	<b>96.915</b>	178.283	(101.262)	77.021

As movimentações na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

	31/12/2021	Adições	Transferência (a)	31/12/2022	Adições	Transferência (a)	31/12/2023
<b>Custo:</b>							
Software	119.365	2.495	40.208	162.068	<b>6.910</b>	<b>44.624</b>	<b>213.602</b>
Fundo de comércio	16.215	-	-	16.215	-	-	<b>16.215</b>
<b>Total do custo</b>	<b>135.580</b>	<b>2.495</b>	<b>40.208</b>	<b>178.283</b>	<b>6.910</b>	<b>44.624</b>	<b>229.817</b>
<b>Amortização acumulada:</b>							
Software	(61.182)	(24.524)	-	(85.706)	<b>(31.208)</b>	-	<b>(116.914)</b>
Fundo de comércio	(15.110)	(446)	-	(15.556)	<b>(432)</b>	-	<b>(15.988)</b>
<b>Total da amortização</b>	<b>(76.292)</b>	<b>(24.970)</b>	<b>-</b>	<b>(101.262)</b>	<b>(31.640)</b>	<b>-</b>	<b>(132.902)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>59.288</b>	<b>(22.475)</b>	<b>40.208</b>	<b>77.021</b>	<b>(24.730)</b>	<b>44.624</b>	<b>96.915</b>

(a) Valores transferidos do grupo do Imobilizado conforme natureza - vide nota explicativa nº 11.

## 13 Partes relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo não circulante:</b>		
Quoretech Brasil Industria e Comercio Ltda (a)	66.256	52.416
Fastpar Holding Ltda. (a)	90.906	56.811
Fast Ventures Ltda. (a)	6.867	3.280
Vertis Tecnologia em informática S.A (a)	-	1.791
Sossego Consultoria e Corretagens de Seguro S.A (a)	2.038	846
Tandori Holding S.A. (a)	987	869
Kooen Participações Ltda	-	650
Sócios	-	15.000
	<u>167.054</u>	<u>131.663</u>
<b>Passivo circulante:</b>		
<b>Dividendos a pagar:</b>		
Fastpar Holding Ltda.	5.920	-
<b>Receita financeira:</b>		
Quoretech Brasil Industria e Comercio Ltda (a)	7.344	5.505
Fastpar Holding Ltda. (a)	9.660	4.800
Fast Ventures Ltda. (a)	636	226
Sossego Consultoria e Corretagens de Seguro S.A (a)	137	643
Tandori Holding S.A. (a)	114	97
Vertis Tecnologia em informática S.A (a)	460	41
Kooen Participações Ltda (a)	74	63

- (a) Referem-se aos contratos de mútuos firmados com as referidas partes relacionadas, remuneração pela Selic mensal, vencimento 5 anos.

As transações com Partes Relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

A receita com vendas de mercadoria realizadas para os administradores foi de R\$ 570 em 2023 (R\$ 343 em 2022).

### Remuneração da Administração

Em 2023, a remuneração dos diretores foi de R\$ 10.418 (R\$ 10.110 em 2022). A Companhia não concede benefícios pós-emprego nem de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi registrado nenhum benefício de longo prazo.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos diretores.

## 14 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	830.245	888.296
(-) Ajuste a valor presente	(7.456)	(8.877)
Outros	498	2.375
<b>Total</b>	<u>823.287</u>	<u>881.794</u>

## 15 Financiamento - Risco sacado de fornecedores

	Saldo Inicial 2023	Contratado	Juros incorridos	Pago	Juros Pagos	Saldo final 2023
<b>Risco Sacado</b>	<b>200.619</b>	653.790	20.548	(854.901)	(20.057)	<b>0</b>
<b>Operação</b>	<b>5.634</b>	317.330	14.280	(267.409)	(12.426)	<b>57.409</b>
<b>Vendor</b>	<b>206.254</b>	971.120	34.828	(1.122.310)	(32.483)	<b>57.409</b>

	Saldo Inicial 2022	Risco Sacado Contratado	Juros incorridos	Risco Sacado Pago	Juros Pagos	Saldo final 2022
<b>Risco Sacado</b>	<b>484.388</b>	1.328.690	63.783	(1.607.752)	(68.490)	<b>200.619</b>

Convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito sob a modalidade de “risco sacado” mediante a confirmação de informações mercantis, firmado entre a Companhia e as instituições financeiras de primeira linha para antecipação, sem direito de regresso, por parte dos fornecedores da Companhia, de seus valores a pagar, sendo a Companhia, a partir da data da cessão dos referidos créditos, a responsável pela liquidação dessas antecipações com as instituições financeiras.

## 16 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias e encargos	27.820	30.455
Salários	9.029	9.063
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	6.697	6.614
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.151	4.685
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	2.008	2.108
Outros	782	814
Participação nos resultados	65	71
<b>Total</b>	<u>50.552</u>	<u>53.810</u>

## 17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

### (i) Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para despesas diversas	14.247	88.865
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.533	15.052
Provisão para perda com estoques	1.985	4.101
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.064	779
CPC 06 (R2)	7.811	4.539
CPC 47	-	790
<b>Total Ativo Diferido</b>	<u>39.640</u>	<u>114.126</u>
Exclusão do Crédito de ICMS na base do PIS/COFINS	-	(17.726)
Ajuste a valor presente devido	(2.321)	(1.024)
Diferenças de taxas de depreciação	(5.147)	(4.474)
Verbas de fornecedores	(12.915)	(13.670)
Crédito de ICMS diferido	-	(76.841)
<b>Total Passivo Diferido</b>	<u>(20.383)</u>	<u>(113.735)</u>
<b>Total Diferido</b>	<u>19.257</u>	<u>(391)</u>

### (ii) Conciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.737	35.169
Alíquota fiscal nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota fiscal nominal	(20.651)	(11.958)
Diferenças temporárias e permanentes, líquidas	39.517	27.311
Resultado de períodos anteriores	<u>-</u>	<u>2.352</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>18.866</u>	<u>17.705</u>
Correntes	-	(19.330)
Resultado de períodos anteriores (Inovação Tecnológica)	-	2.352
Estorno de Selic repetição de indébito	-	-
Diferidos (Ativo e Passivo)	<u>18.866</u>	<u>34.683</u>
Total	<u>18.866</u>	<u>17.705</u>
Alíquota fiscal efetiva sobre o resultado do exercício	<u>31%</u>	<u>(50%)</u>

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos é de no máximo 5 anos, como segue:

	2024	2025	2026	2027	2028	Total
<b>Projeção do consumo sobre o diferido ativo/ passivo</b>	<u>(5.471)</u>	<u>(10.187)</u>	<u>(1.698)</u>	<u>(943)</u>	<u>(567)</u>	<u>(18.866)</u>

## 18 Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS-ST (a)	15.323	179
ICMS (b)	5.205	16.455
PIS e COFINS	8.719	14.726
Outros	1.584	1.946
<b>Total</b>	<b>30.831</b>	<b>33.306</b>

(a) O valor de **R\$ 15.323** é dividido em cinco eventos: (i) **R\$ 24**: Imposto a recolher ICMS ST (Difal ST) em operação de venda destino a consumo interestadual ; (ii) **R\$ 23**: Imposto a recolher oriundo do Termo de Acordo N° 2018.01.00.00107 no estado da Paraíba; (iii) **R\$ 31**: Imposto a recolher ICMS ST sobre fretes; (iv) **R\$ 15.242**: Imposto a recolher ICMS ST em operações internas, interestaduais e/ou antecipação.; (v) R\$ 3: outros.

(b) O valor de **R\$ 5.205** é dividido em cinco eventos: (i) (**R\$ 15**): Imposto a recolher ICMS (Difal consumo) em aquisição de mercadoria para consumo; (ii) **R\$ 24**: Imposto a recolher Fundo Equilíbrio Fiscal referente Compete-ES e Regime Especial (PB); (iii) **R\$ 1.288**: Imposto a recolher ICMS Antecipado para os estados BA; CE; DF; PB; PE; (iv) **R\$ 94**: Imposto a recolher ICMS Compete-Es; **R\$ 343**: Imposto a recolher ICMS sobre parcelamento Minas Gerais; (v) **R\$ 4.032**: Imposto a recolher ICMS Difal Partilha; (vi) **R\$ 3.484**: Imposto a recolher ICMS operação própria de todas UFs; (iv) Outros R\$ (4.045)

## 19 Garantia estendida

Em 8 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controladora Fastpar celebraram acordo operacional com a seguradora Zurich Minas Brasil Seguros visando à comercialização e estipulação dos produtos de garantia estendida e seguro para furto, roubo e quebra, por meio dos canais de distribuição à sua base de clientes pelo prazo de seis anos.

Nesse período, a Companhia fará a intermediação dos produtos de garantia estendida e seguro para furto, roubo e quebra, os quais serão comercializados e faturados diretamente aos clientes e os valores dos “prêmios” serão totalmente repassados à Zurich mensalmente, sendo a Companhia remunerada por uma comissão sobre o valor de cada transação.

	31/12/2023	31/12/2022
Garantia estendida	10.733	5.811
Seguro furto e roubo	2.465	2.166
Contrato Zurich - Métrica de Qualidade	1.000	1.500
<b>Total</b>	<b>14.198</b>	<b>9.477</b>
Circulante	13.698	8.477
Não circulante	500	1.000
<b>Total</b>	<b>14.198</b>	<b>9.477</b>

## 20 Provisões - contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão fornecedores (a)	164.191	246.420
	<b>164.191</b>	<b>246.420</b>

- (a) Provisão assessoria fiscal Smart Tax de **R\$ 139.345** (R\$ 204.665 em 2022) referente a serviços especializados na recuperação dos créditos tributários; Provisões dos valores a pagar referente ao contrato com a IBM, saldo de **R\$ 4.502** (R\$ 12.814 em 2022); Despesas de Mídias on-line e off-line, saldo de **R\$ 4.714** (R\$ 10.814); Despesas de fretes dos centros de distribuição e fretes, saldo de **R\$ 6.266** (R\$ 8.048 em 2022); Despesa da multa contratual da Zurich, ocorrida em dezembro de 2022, valor de **R\$ 3.560** (R\$ 3.400 em 2022); Despesa com distrato P&GB (Bitsys)- CAT 42 com valor de **R\$ 4.250**. Outras provisões, saldo de **R\$ 1.554** (R\$ 6.679 em 2022). O saldo maior de 2022 é justificado pelo valor da consultoria SmartTax, visto que os créditos deferido naquele ano abrangem um período maior: de out/16 até dez/21, o que resultou em um valor maior da despesa com a consultoria.

## 21 Outras obrigações

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito de clientes	27.441	12.253
Receita diferida	2.989	3.569
Outras	5.841	7.544
<b>Total</b>	<b>36.270</b>	<b>23.366</b>
Circulante	33.851	18.966
Não Circulante	2.419	4.400

## 22 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2021	Adições	Baixas	Pagamentos	31/12/2022	Adições	Baixas	Pagamentos	31/12/2023
Tributário (a)	2.862	362	(1.415)	-	1.809	2.480	-	-	4.289
Trabalhista (b)	28.915	39.026	(26.029)	(2.935)	38.977	42.542	(35.645)	(3.332)	42.542
Cíveis (c)	1.004	3.388	(35)	(873)	3.484	870	(1.897)	(1.586)	871
<b>Total</b>	<b>32.781</b>	<b>42.776</b>	<b>(27.479)</b>	<b>(3.808)</b>	<b>44.270</b>	<b>45.892</b>	<b>(37.542)</b>	<b>(4.918)</b>	<b>47.702</b>

As principais características das contingências envolvendo a Companhia podem ser resumidas como segue:

- (a) A Companhia no desenvolvimento das suas atividades, tem um total de provisionamento referente a autuações Federais e Estaduais. O valor provisionado refere-se à autuação referente a ICMS.
- (b) A Companhia é parte em reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, em que se discute principalmente diferença de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras, intervalo intrajornada, além de outras verbas de natureza trabalhista.
- (c) A Companhia também é parte em ações e procedimentos cíveis, no âmbito da justiça cível e do juizado especial cível, movidos por consumidores e fornecedores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.

### Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía ações de natureza tributária, cível e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possíveis, no montante de R\$ 169.231 (R\$ 706.159 em 31 de dezembro de 2022), que não estão provisionadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado a seguir:

	Tributário (a), (b)	Cíveis (c), (d), (e)	Trabalhista	Total
<b>2023</b>	<b>102.747</b>	<b>10.566</b>	<b>55.918</b>	<b>169.231</b>
<b>2022</b>	<b>646.877</b>	<b>10.987</b>	<b>48.295</b>	<b>706.159</b>

- (a) Em julho de 2020, foi lavrado auto de infração contra a empresa, no valor total de 528.506 (R\$ 439.749 em dezembro de 2022) para cobrança de PIS e COFINS. A empresa apresentou defesa administrativa, a qual foi provida em quase a sua totalidade e, neste momento, o processo aguarda o

processamento dos recursos interpostos, bem como o julgamento destes. Assim, diante da existência de reiteradas decisões favoráveis, a classificação do risco que estava como “possível” anteriormente foi alterada para “remota”.

- (b) Em setembro de 2017, foi lavrado auto de infração pela Receita Federal, em virtude de suposto aproveitamento de créditos de PIS e COFINS que foram considerados indevidos pela fiscalização, tal glosa de créditos corresponde a um montante de R\$ 47.236 (R\$ 42.707 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia apresentou defesa e até dezembro de 2018 não havia julgamento do caso. O CARF negou provimento ao recurso da Companhia e agora o processo segue em discussão judicial, aguardando o julgamento do recurso de apelação interposto em face da sentença que julgou improcedente a ação.
- (c) Do valor residual de R\$ 10.566 tido como possível de perda nos processos de natureza cível, R\$ 5.541 têm relação com a execução fiscal n.º 0013895-91.2017.4.03.6182 movida pela União Federal em razão de multa imposta pelo SENACON e R\$ 1.800, relacionam-se à ação civil pública n.º 0315451-33.2013.8.19.0001 movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- (d) A multa imposta pelo SENACON está sendo discutida pela Companhia nos embargos à execução n.º 0034320-42.2017.4.03.6182, que aguarda o julgamento da apelação interposta em 13/08/2021 pela 2ª Instância. Para possibilitar a oposição dos embargos, a Companhia contratou apólice de seguro garantia judicial, tendo a última renovação ocorrido em 22/04/2020 perante a Berkley International do Brasil Seguros S/A. A apólice 014142020000107750137361 tem vigência até o dia 22/04/2025.
- (e) Na ação civil pública n.º 0315451-33.2013.8.19.0001 o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pleiteia que a Companhia seja obrigada a oferecer Serviço de Atendimento aos Consumidores através de número gratuito para os que desejam efetuar reclamações, esclarecimentos de dívidas e prestação de outros serviços, obrigação que já é cumprida. O processo aguarda julgamento do mérito em 1ª Instância.

## Depósitos judiciais

A Companhia discute o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas, garantido por depósitos para recursos de montantes equivalentes, pendente das decisões legais finais, registrado no ativo não circulante.

	Tributário (a)	Cíveis	Trabalhista	Outros	Total
2023	105.029	5.019	9.030	953	120.031
2022	99.866	4.519	9.196	900	114.481

- (a) Esclarecemos que, relativamente à tese tributária discutida judicialmente para o não recolhimento do Diferencial de Alíquota no ano de 2022, foram realizados depósitos judiciais nos autos dos Mandados de Segurança n.ºs 0702448-29.2022.8.01.0001 (AC), 0637060-98.2022.8.04.0001 (AM), 5007563-20.2022.8.08.0024 (ES), 5139854-70.2022.8.09.0051 (GO), 1008787-26.2022.8.11.0041 (MT), 0012795-35.2022.8.17.2001 (PE), 0806183-75.2022.8.18.0140 (PI), 0001379-74.2022.8.16.0004 (PR), 0812661-12.2022.8.20.5001 (RN), 0807594-20.2022.8.23.0010 (RR), 5036347-16.2022.8.21.0001 (RS), 5044901-84.2022.8.24.0023 (SC), 0011238-74.2022.8.25.0001 (SE), 0009017-28.2022.8.27.2729 (TO), por ocasião da ausência e/ou cassação das decisões favoráveis para o mencionado não recolhimento especificamente nesses Estados, a discussão permanece com prognóstico de perda possível.

## 23 Empréstimos

Encargo	Regime de Colocação	Vencimento Final	2023	2022	
Notas promissórias - Banco BTG Pactual (a)	Taxa CDI + 1,95% a.a.	Garantia Firme	19/03/2023	-	71.778
Notas promissórias - Banco Bradesco (b) (c)	Taxa CDI + 2,1% a.a.	Garantia Firme	21/12/2024	-	200.575
<b>Total Empréstimos</b>				-	<b>272.353</b>

- (a) Em 24 de março de 2022, a Companhia captou um novo empréstimo junto ao banco BTG Pactual, por meio de emissão de notas promissórias, totalizando um montante de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais), sendo 5 séries no valor R\$ 2.000 (dois milhões de reais) para a 1ª Série; (ii) R\$2.000 (dois milhões de reais) para a 2ª Série; (iii) R\$2.000 (dois milhões de reais) para a 3ª Série; (iv) R\$32.000 (trinta e dois milhões de reais) para a 4ª Série; e (v) R\$32.000 (trinta e dois milhões de reais) para a 5ª Série (em conjunto ou isoladamente, “Valor Nominal Unitário”), com juros equivalentes a taxa CDI + 1,95% ao ano, com data de vencimento para 19/03/2023. O empréstimo captado em 2022 foi integralmente liquidado em 2023.
- (b) Em 25 de março de 2022, a Companhia captou empréstimos juntos ao banco Bradesco, por meio de emissão de notas promissórias, totalizando um montante de R\$ 100.000 (cem milhões de reais), correspondente a 1ª emissão, sendo 100.000 (cem mil) notas comerciais, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), sendo amortizado em três parcelas: R\$ 33.333 para a 1ª Parcela com vencimento para 25/03/2023; R\$ 33.333 para a segunda parcela com vencimento para 25/09/2023; e R\$ 33.333 para a 3ª parcela com vencimento para 25/03/2024, com juros equivalentes a taxa CDI + 2,1% ao ano. O empréstimo captado em 2022 foi integralmente liquidado em 2023.

- (c) Em 21 de dezembro de 2022, a Companhia captou empréstimos juntos ao banco Bradesco, por meio de emissão de notas promissórias, totalizando um montante de R\$ 100.000 (cem milhões de reais), correspondente a 2ª emissão, sendo 100.000 (cem mil) notas comerciais, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), sendo amortizado em três parcelas: R\$ 33.333 para a 1ª Parcela com vencimento para 21/12/2023; R\$ 33.333 para a segunda parcela com vencimento para 21/06/2024; e R\$ 33.333 para a 3ª parcela com vencimento para 21/12/2024, com juros equivalentes a taxa CDI + 2,2% ao ano. O empréstimo captado em 2022 foi integralmente liquidado em 2023.

A movimentação dos empréstimos da Companhia se deu como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	272.353	107.233
Novos empréstimos	-	270.000
Pagamentos de principal	(264.000)	(103.000)
Pagamento de Juros	(30.900)	(24.422)
Juros incorridos	22.547	22.542
	-	272.353
Circulante	-	172.353
Não circulante	-	100.000

## 24 Patrimônio Líquido

### a. Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 208.820, está representado por 208.820 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada.

### b. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, até que alcance 20% do capital social, de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades por Ações.

### c. Dividendos

A distribuição de lucros obedecerá às destinações do Estatuto Social da Companhia, bem como à Lei das Sociedades por Ações, conforme segue:

- 5% para reserva legal.
- Distribuição de dividendo mínimo obrigatório, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para incentivos fiscais).

A proposta de dividendos demonstrada nas demonstrações financeiras da Companhia, calculada nos termos dos artigos 196 e 197 da referida Lei, foi calculado como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	81.984	52.874
Reserva legal	(4.099)	(2.644)
Reserva de incentivos fiscais (e)	(16.536)	(81.736)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	61.349	(31.506)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(15.337)	-
Dividendos Adicionais Propostos (f)	-	(7.000)
Total de Dividendos	(15.337)	(7.000)
Dividendo mínimo obrigatório por ação (em R\$)	-	-
Dividendo adicional proposto por ação (em R\$)	-	-
Total Dividendos por ação (em R\$)	73,44	33,52

**d. Reserva de lucros**

A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral.

**e. Reserva de Incentivos Fiscais:**

A reserva de Incentivos Fiscais, que deve ser constituída nos termos do CPC N° 07 Subvenção e Assistência Governamentais, refere-se a valores apurados provenientes do enquadramento como subvenção para investimento e, conseqüentemente, exclusão da apuração do IRPJ/CSLL, de valores de créditos presumidos concedidos pelo Estado da Paraíba através do Regime Especial 2018.000035, em decorrência da Lei Complementar n°. 160/17 (“LC n°. 160/17”). Em 2023 foi realizada a constituição de reserva referente ao período corrente, perfazendo o montante total de R\$ 16.536 (R\$ 81.736 em 2022).

**f. Dividendos Adicionais Propostos:**

Valor de dividendos adicionais constituído proveniente dos saldos da reserva de lucro retidos em períodos anteriores.

## 25 Receita operacional líquida

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receita de vendas de produtos	4.324.700	5.946.949
Encargos financeiros de cartões	71.304	80.141
Receita de prestação de serviços	109.598	96.713
Devoluções, cancelamentos e descontos	(415.280)	(416.357)
Receita líquida de devoluções	4.090.322	5.707.446
Tributos municipais	(3.666)	(3.339)
Tributos estaduais	(170.924)	(105.985)
Tributos federais	(315.342)	(464.103)
Receita Operacional Líquida	3.600.390	5.134.019

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

## 26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2023	2022
Deferimento Crédito Diferença Margem ICMS (a)	326.863	476.680
Outras despesas operacionais (b)	(203.997)	(313.602)
<b>Total</b>	<b>122.870</b>	<b>163.078</b>

(a) Recebimento de valores deferidos CAT42 valores nominais sem consideração de Selic. A Administração reconhece o valor dos créditos extemporâneos quando do deferimento por parte da SEFAZ (Secretaria de Estado da Fazenda), e mediante a avaliação da realização dos créditos.

(b) O valor de **R\$ 203.995** é dividido nos seguintes eventos: (i) **R\$ 139.345** (R\$ 269.521) relativo as despesas em consultoria de créditos deferidos de CAT42. (ii) **R\$ 64.650** (R\$ 44.081 ) relativo a outras despesas.

## 27 Despesas por natureza

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	<b>(2.831.588)</b>	(4.039.879)
Despesa com pessoal e encargos	<b>(351.996)</b>	(344.481)
Serviços contratados diversos	<b>(188.116)</b>	(208.034)
Logística e distribuição	<b>(66.646)</b>	(120.246)
Depreciação e amortização	<b>(123.888)</b>	(83.607)
Taxa de administração de cartões	<b>(35.523)</b>	(50.095)
Aluguel, condomínio e fundos de promoção	<b>(24.383)</b>	(61.452)
Taxas, impostos e contribuições	<b>(19.583)</b>	(19.864)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	<b>(17.010)</b>	(15.297)
Despesa com ocupação e manutenção predial	<b>(13.197)</b>	(11.878)
Perdas no recebimento de crédito	<b>(3.595)</b>	(10.031)
Outras despesas	<b>(56.281)</b>	(68.231)
<b>Total</b>	<b>(3.731.806)</b>	<b>(5.033.095)</b>
Classificadas como:		
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	<b>(2.831.588)</b>	(4.039.879)
Despesas com vendas	<b>(316.583)</b>	(595.840)
Despesas gerais e administrativas	<b>(456.929)</b>	(309.332)
Perda por recebimento de crédito	<b>(2.818)</b>	(4.437)
Depreciação e amortização	<b>(123.888)</b>	(83.607)
<b>Total</b>	<b>(3.731.806)</b>	<b>(5.033.095)</b>

As despesas de logística incorridas nos centros de distribuição, incluindo os fretes relacionados ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas estão classificadas como despesas de vendas no montante de R\$ 131.412 (R\$ 130.376 em 2022).

## 28 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Juros recebidos de clientes	<b>19.156</b>	12.074
Juros sobre créditos tributários extemporâneos (a)	<b>255.412</b>	10.020
Outras receitas financeiras	<b>10.603</b>	5.647
	<u><b>285.171</b></u>	<u>27.741</u>
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente de fornecedores	<b>(73.557)</b>	(89.991)
Juros sobre risco sacado	<b>(20.548)</b>	(63.783)
Encargos por antecipações de recebíveis	<b>(63.600)</b>	(58.896)
Juros sobre Empréstimos	<b>(22.547)</b>	(22.542)
Juros passivos e multas	<b>(2.869)</b>	(6.345)
Encargos sobre arrendamento mercantil	<b>(27.972)</b>	(11.292)
Outras despesas financeiras	<b>(3.146)</b>	(2.419)
Encargos sobre aluguéis	<b>(321)</b>	(487)
	<u><b>(214.560)</b></u>	<u>(255.754)</u>
Resultado financeiro	<u><b>70.611</b></u>	<u>(228.014)</u>

- a) Atualização Monetária SELIC referente os créditos extemporâneos decorrentes da decisão favorável com relação a exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS e habilitação de créditos de repetição de indébito IRPJ e CSLL, com processo judicial trânsito em julgado e habilitado na Receita Federal, habilitação número 13868.740782/2023-60, no valor de R\$ 45.213, e créditos dos valores de deferidos de ICMS referente a portaria CAT42 no valor de R\$ 221.682.

## 29 Lucro líquido por ação

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, o capital social da companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação, total e de operações continuadas:

	2023	2022
Numerador básico e diluído:		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	81.984	52.874
Denominador básico e diluído:		
Ações em circulação	<u>208.820</u>	<u>208.820</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	<u><u>392,61</u></u>	<u><u>253,20</u></u>

## 30 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento da Administração foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam

ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

**a. Gestão do risco de capital**

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

A estrutura de capital da Companhia consiste em saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, financiamento - risco sacado de fornecedores, obrigações por arrendamento mercantil financeiro e patrimônio líquido.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade para liquidar seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados à gestão financeira.

**b. Categorias de instrumentos financeiros**

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	231.957	69.487
Contas a receber	501.738	107.861
Partes relacionadas	167.054	131.663
	<u>900.749</u>	<u>309.011</u>
Total		
Outros passivos financeiros:		
Aluguéis a pagar	2.898	7.604
Dividendos adicionais propostos	-	7.000
Passivo de arrendamento	263.460	143.098
Fornecedores	897.975	887.428
Financiamento - risco sacado de fornecedores	-	200.619
	<u>-</u>	<u>272.353</u>
Empréstimos e Financiamentos		
	<u>-</u>	<u>272.353</u>
Total	<u>1.164.333</u>	<u>1.518.102</u>

Os saldos das contas a receber estão ajustados a valor presente até a data de encerramento de cada exercício; dessa forma, a Administração é de opinião de que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado até a data de encerramento de cada exercício.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

**c. Riscos financeiros**

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros relacionados à taxa de juros e aos riscos de crédito e de liquidez.

A gestão dos riscos é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A área de Tesouraria identifica e avalia eventuais riscos financeiros e protege a Companhia em cooperação com suas unidades operacionais.

**d. Gestão do risco de taxa de juros**

A Companhia toma empréstimos apenas em forma de arrendamentos mercantis financeiros e contratos de emissão de notas promissórias com taxas de juros prefixadas.

**e. Gestão do risco de crédito**

As operações da Companhia compreendem o comércio de eletrônicos, máquinas e equipamentos domésticos, comerciais e de escritório, máquinas e aparelhos eletrodomésticos, aparelhos de áudio, vídeo e som, computadores e microcomputadores, periféricos e telefones celulares. As vendas são substancialmente efetuadas por meio de pagamento com cartão de crédito e os riscos de recebimento não são da Companhia.

**f. Gestão de risco de liquidez**

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia mantém flexibilidade na captação de recursos, mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Fornecedores	1.037.320	-	1.037.320
Arrendamento mercantil	76.446	257.703	334.149

**g. Linhas de financiamento**

	31/12/2023	31/12/2022
Conta garantida e limite de crédito bancário: Não utilizado	<u>14.400</u>	<u>14.400</u>

**h. Garantias recebidas e concedidas**

	31/12/2023	31/12/2022
Garantias concedidas: Cartas de fiança	<u>-</u>	<u>71.101</u>

### 31 Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. As coberturas dos seguros, em valores em 31 de dezembro de 2023, são assim demonstradas:

	<b>Valor</b>
Lucros cessantes	13.000
Incêndio - importância máxima de todos os estabelecimentos	304.550
Veículos	100% Tabela Fipe

A suficiência das coberturas contratadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram avaliadas pelos nossos auditores independentes.

### 32 Demonstrações do fluxo de Caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Direito de Uso e Arrendamento – adições/ remensurações	<b>181.427</b>	<b>121.973</b>
Cessão de crédito a receber	<b>888.382</b>	<b>468.060</b>
Aquisição de software	<b>6.072</b>	<b>-</b>